



PRÓBABITONGA

Plano de Gestão Ecosistêmica

3ª Edição

Versão aprovada na 73ª Reunião do Grupo Pró-Babitonga
realizada em 06 de fevereiro de 2024.

Sumário

1. Apresentação	3
2. Metodologia	5
3. Resultados	7
3.1 - Cenários Potenciais para institucionalização do GPB	8
3.3 – Comunicação	13
4. Anexos	14
4.1 - Anexo 1 – Bibliografia	14
4.2 - Anexo 2 – Lista de Presença	15

1. Apresentação

O Grupo Pró-Babitonga é um colegiado multissetorial estabelecido em maio de 2017, resultado de um amplo processo de mobilização iniciado em 2015. A iniciativa foi conduzida pelo Projeto Babitonga Ativa (Univille) e viabilizada com recursos de um edital lançado pelo Ministério Público Federal. O histórico deste processo encontra-se detalhadamente descrito em diversos relatórios e documentos técnico-científicos disponíveis no site www.probabitonga.com.

Atualmente em seu 4º mandato o GPB é composto por 26 entidades representantes dos segmentos Público, Socioeconômico e Socioambiental dos seis municípios do entorno da Baía Babitonga: Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul. Seu objetivo geral é contribuir para a gestão participativa e integrada do Ecossistema Babitonga, com ações que assegurem a proteção da diversidade biológica e cultural, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais, além da participação multissetorial para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal do meio ambiente e do gerenciamento costeiro no que diz respeito à sua área de atuação (Figura 1).

O Plano de Gestão Ecosistêmica é o documento norteador das ações do GPB e compila ações consideradas pelo colegiado como prioritárias para o aprimoramento da governabilidade no Ecossistema Babitonga. O PGE é estruturado em três eixos temáticos: (i) Cenários Potenciais para institucionalização do GPB, (ii) Planejamento Espacial Marinho e; (iii) Comunicação Social e os objetivos nele elencados são fruto de uma construção coletiva embasada na literatura científica disponível, no contexto jurídico e em sinergia com os saberes da sociedade, conforme descrito na segunda edição do documento.

Desde sua concepção o PGE foi desenvolvido para ser um documento conciso e adaptativo, de modo a facilitar sua apropriação pela comunidade e atender à dinâmica social no território. Assim, esta terceira edição do PGE foi elaborada a partir da avaliação dos objetivos específicos da edição anterior considerando sua factibilidade e prioridade. A revisão é produto de uma avaliação coletiva e, além do refinamento dos objetivos, incorpora uma reorganização das prioridades.

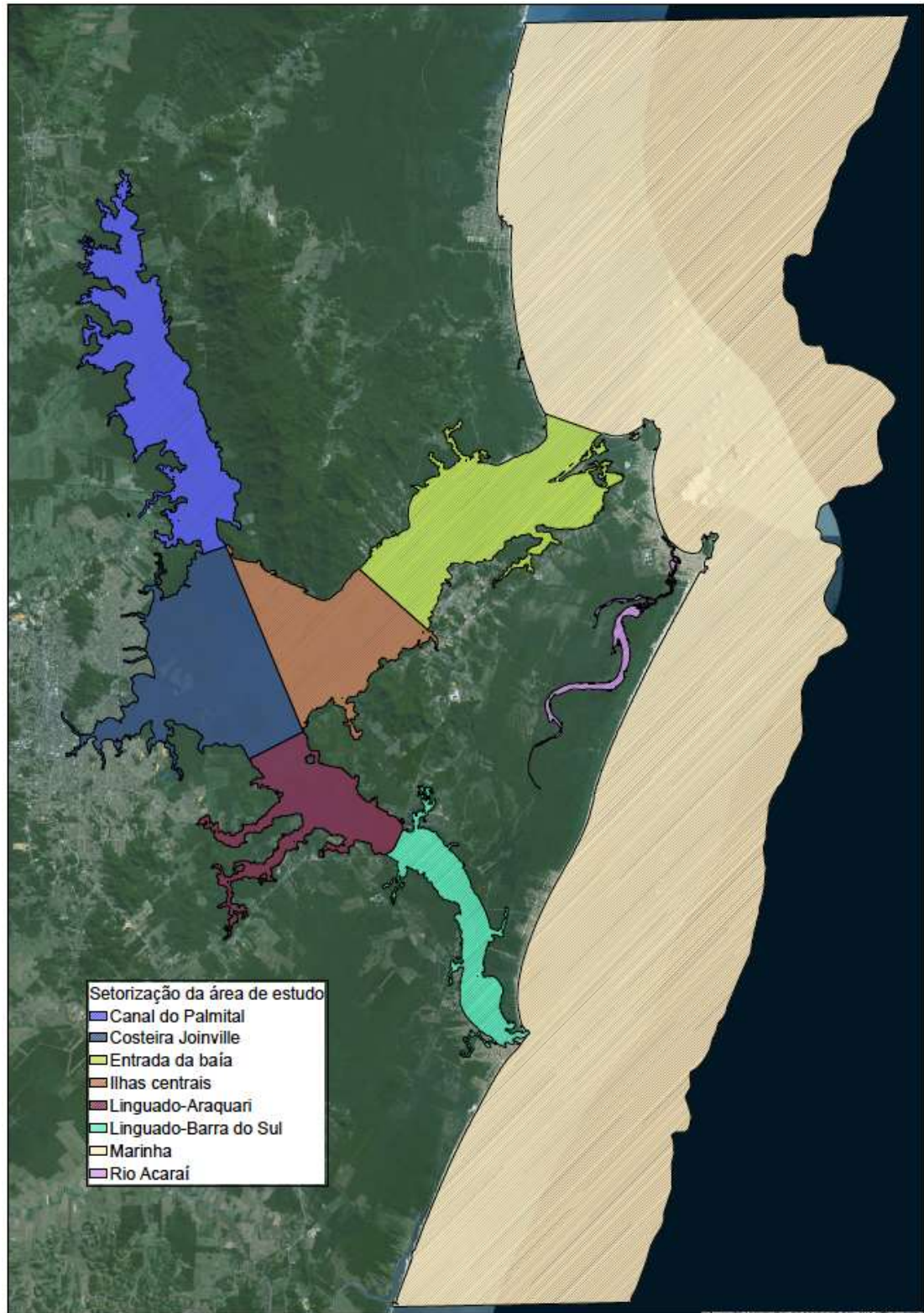


Figura 1: Área de atuação do GPB subdividida em Unidades de Planejamento. Fonte: Gerhardinger *et al.* 2021.

2. Metodologia

Ao ser identificada a necessidade de revisão do PGE foi estabelecido um grupo de trabalho cujo objetivo foi delinear o método a ser utilizado para este fim. A definição da data e local para realização da revisão foi aprovada na 69ª reunião plenária do Grupo Pró-Babitonga, ocasião em que foi reforçada a necessidade avaliação previa do PGE. Assim, em 10 de outubro de 2023, foi realizada na sede da Epagri em Joinville uma imersão dos membros do colegiado para uma oficina participativa.

Após uma contextualização sobre o histórico do surgimento do GPB e da construção das edições anteriores do Plano de Gestão Ecológica, foi apresentado o referencial técnico-científico¹ disponível para orientar a discussão sobre os objetivos propostos e sua priorização.

O segundo momento da oficina consistiu na leitura conjunta dos objetivos pertencentes a cada um dos eixos, oportunidade em que os representantes das entidades conselheiras puderam atualizar o texto, optar pela fusão de objetivos ou sua remoção. Os objetivos principais nesta etapa foram proporcionar uma visão de fatores internos (o que está sob controle do colegiado) e externos (o que não está sob controle do colegiado) da conjuntura sociopolítica no Ecosistema Babitonga, identificar elementos-chave para a gestão e estabelecer prioridades de atuação e de decisões a serem tomadas (Figura 2).

A dinâmica priorização de objetivos foi adaptada da metodologia F.O.F.A. (Humphrey, 1960; Weihrich, 1982), sendo que cada instituição classificou os objetivos atualizados em relação à sua **viabilidade** (alta = 1 ou baixa = 0) e ao seu **impacto** (alto = 1 ou baixo = 0), de forma a estabelecer um ranque das prioridades após a análise integrada das respostas (Figura 3). Nesta adaptação entende-se como viabilidade a capacidade de execução da ação considerando o tempo e a autonomia necessários enquanto o impacto é a capacidade da ação em gerar as mudanças sociais, econômicas ou ambientais desejadas. A partir da classificação serão calculadas as médias de viabilidade e impacto por cada um dos segmentos, sendo a prioridade definida pela média das somas de impacto e viabilidade calculadas por segmento padronizadas para o intervalo entre 0 e 1.

¹ Lista de referências no Anexo 1

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos fortes	FORÇAS ALTO IMPACTO ALTA VIABILIDADE	OPORTUNIDADES ALTO IMPACTO BAIXA VIABILIDADE
Pontos fracos	FRAQUEZAS BAIXO IMPACTO ALTA VIABILIDADE	AMEAÇAS BAIXO IMPACTO BAIXA VIABILIDADE

Figura 2: Esquema metodológico para ranqueamento das ações. Adaptado de Humphrey, 1960; Wehrich, 1982.



Figura 3: Momento do debate sobre os objetivos do Plano de Gestão Ecológica.

3. Resultados

Participaram da oficina 29 pessoas representando 20 entidades (Figura 4). Toda a lista de objetivos do PGE foi revisada pelos participantes, resultando em 22 objetivos específicos, após o agrupamento de objetivos similares e extinção de objetivos já realizados ou em descompasso com o cenário socioecológico atual no Ecosistema Babitonga. Na sequência serão apresentados, para cada eixo temático, os objetivos atualizados e em ordem de prioridade de acordo com o ranqueamento realizado.



Figura 4: Registro dos participantes da oficina de elaboração da 3ª edição do Plano de Gestão Ecosistêmica do Grupo Pró-Babitonga.

3.1 - Cenários Potenciais para institucionalização do GPB

Tabela 1: Objetivos relacionados aos cenários potenciais para institucionalização do Grupo Pró-Babitonga. UC= Unidade de Conservação, PS= Programa de Sustentabilidade; GERCO = Gerenciamento Costeiro e CHBB= Comitê Hidrográfico Baía Babitonga.

Objetivo específico	Cenário Relacionado	Produtos	Processos	Insumos
1 - Promover articulação política para a criação da UC	UC	(i) Moções de apoio; (ii) Visitas para articulação;	(i) Mobilização para a produção de moções de apoio; (ii) Realização de visitas para articulação política; (iii) Realização de convites aos órgãos públicos com competência para a criação de UCs (IMA e ICMBio); (iv) Compatibilização de agendas; (v) divulgação dos materiais produzidos pelo GPB;	(i) Recursos financeiros para a realização de visitas; (ii) apoio das entidades membro do GPB;
2 - Câmara Técnica sobre UC (legislação pertinente, planejamento espacial marinho e processos atuais de gestão de outras UC)	UC	(i) estabelecimento de Câmara Técnica; (ii) relatório/documento com o modelo da gestão de uma UC (APA federal/estadual e outras categorias de uso sustentável);	(i) Compatibilização de agendas; (ii) Seguir o ritual de criação conforme o regimento interno do GPB; (iii) realização de workshop/seminário contribuindo com demais objetivos;	(i) Mobilização para participação dos três segmentos; (ii) convidar pessoas envolvidas com a gestão de UCs já implementadas; (ii) Participação de diversas instâncias de poder público; (iii) Participação de todos os segmentos do GPB e atores sociais;
3 - Criação dos mecanismos burocráticos exigidos na lei 13.800/19	PS	(i) Organização Gestora de Fundo Patrimonial (Associação) seguindo diretrizes da Lei; (ii) Estatuto para a Organização Gestora de Fundo Patrimonial;	(i) Deliberação na CTIS e no GPB; (ii) Definir corpo técnico; (iii) Definir formas de contratação; (iv) Estudo da lei para definir o formato jurídico;	(i) Suporte Financeiro; (ii) Cooperações; (iii) Análise jurídica; (iv) Análise contábil e financeira; (v) comprometimento dos membros do GPB;

4 - Buscar novas formas de captação de recursos	PS	(i) Regulamentação para receber recursos provenientes de Termos de Ajuste de Conduta; (ii) Leis de incentivo fiscal (municipais, estaduais e federais); (iii) Mecanismos para recebimento de doações privadas;	(i) Articular junto a órgãos públicos do legislativo e executivo, nos três níveis federativos; (ii) Intensificar a articulação no legislativo e executivo para a criação de leis de incentivo fiscal; (iii) Criar um espaço no site do GPB para que as pessoas físicas possam fazer doações <i>on-line</i> ; (iv) estabelecimento de critérios para recebimento de doações;	(i) Articulação entre os municípios; (ii) Articulação do GPB com os municípios, estado, União, MPF e MPE para pleitear que recursos provenientes de multas e compensações permaneçam na região; (iii) Articular junto aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;
5 - Subsidiar e influenciar em processos decisórios na gestão ambiental e ações de pesquisa e mobilização no Ecossistema Babitonga	PS	(i) Lançar editais para fomento;	(i) Articular investimentos do GPB com políticas ambientais eficazes; (ii) Reuniões de articulação;	(i) Suporte Financeiro; (ii) Cooperações; (iii) Consultoria jurídica; (iv) Contratação de contadores; (v) Contratação de consultor financeiro; (vi) comprometimento dos membros do GPB;
6 - Fomentar o processo de discussão e implementação do GERCO, ZEE e seus instrumentos nos municípios do entorno da Babitonga	GERCO	(i) promover espaço de discussão; (ii) Avaliação dos PGIs; (iii) Compilação dos dados de Planejamento Espacial Marinho do Grupo Pró-Babitonga;	(i) Promover espaços de discussão entre o GERCO (Comissão Estadual) e o GPB; (ii) Planejamento de seminário/ <i>workshop</i> ; (iii) mobilização de atores sociais; (iv) Conhecer a situação da implantação do Projeto Orla nos municípios da Babitonga; (v) Promover oficina com participação do GERCO-SC e GPB; (vi) articulação junto ao GERCO-SC para desenvolvimento das ações;	(i) equipe com conhecimento; (ii) recursos financeiros; (iii) comprometimento dos membros do GPB;
7 - Aprimorar a interlocução com o CHBB	CHBB	(i) Avaliação das informações técnicas sobre o Ecossistema Babitonga; (ii) Interlocução com o RH6;	(i) Acompanhar reuniões do CHBB; (ii) Promover reuniões (extra, além dos colegiados) de convergência/compartilhar informações; (iii) Elaborar uma carta convite ao RH6 para participar do GPB; (iv) Conhecer o que cada município tem a oferecer para facilitar esta interlocução; (v) Compilar informações técnicas pertinentes;	(i) Tempo de trabalho; (ii) Compromisso dos membros do GPB; (iv) pessoas capacitadas;

3.2 – Planejamento Espacial Marinho

Tabela 2: Objetivos relacionados ao Planejamento Espacial Marinho. Unidades de Planejamento: LB = Linguado Barra do Sul, LA= Linguado Araquari, IC= Ilhas Centrais, EB= Entrada da Baía, M= Marinha, CJ= Costeira de Joinville, CP= Canal do Palmital.

Objetivo específico	Unidades de Planejamento relacionadas	Produtos	Processos	Insumos
1 - Criar subsídios para a tomada de decisão com relação a abertura do canal do Linguado;	LB	(i) embasamento científico para orientar tomadas de decisão; (ii) Estudos técnicos e científicos; (iii) Prognóstico com cenário tendencial e de abertura;	(i) Articulação política; (ii) mobilização social para audiências públicas; (iii) elaboração de projetos científicos; (iv) Elaboração de estudo sobre possível contaminação dos sedimentos; (v) Elaboração de estudos sobre os possíveis impactos da mudança da hidrodinâmica, em caso de abertura, para Balneário Barra do Sul;	(i) Investimentos financeiros estaduais e federais; (ii) engajamento do setor público; (iii) articulação política e social; (iv) Sensibilização da opinião pública (segurança na navegação)
2 - Favorecer articulação para intensificar ações de fiscalização e Educação Ambiental relacionadas à pesca irregular, navegabilidade, ocupações irregulares e resíduos	Todas	(i) Articulação entre Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Polícia Militar Ambiental; (ii) Oficinas de Educação Ambiental voltada a pescadores profissionais, amadores e moradores em geral; (iii) Interação MPF e MPE, delegacia de crimes ambientais, Polícia Militar Ambiental, Prefeituras e SPU; (iv) Mapeamento de rotas de navegação existentes; (v) normativa para limitar velocidade de navegação;	(i) Reuniões de integrantes do GPB (CT-Fiscalização Ambiental), representantes dos sindicatos pesqueiros, Colônias de Pescadores, oficial da Capitania dos Portos, agentes públicos, etc.; (ii) ações de mobilização popular; (iii) Fiscalização mais frequente associada à Educação Ambiental; (iv) Solicitar à Marinha a homologação de boias de navegação; (v) solicitar à Marinha placas com a indicação dos limites de velocidade; (vi) convidar secretarias municipais de turismo para participar das reuniões da CT - Fiscalização Ambiental;	(i) recursos financeiros disponibilizados pelo Programa de Sustentabilidade; (ii) Mobilização de pessoas e local para reunião; (iii) Resgatar e disponibilizar estudo sobre a mortandade do mangue preto na região dos Espinheiros; (iv) Curso de capacitação para fiscais; (v) Articulação para a aquisição de embarcações e bóias de sinalização; (vi) delimitar rotas de navegação com boias; (vii) Disponibilizar totens e informativos com orientações para denúncias; (viii) Extensão rural voltada ao produtor para trabalhar quantidades/qualidades e modos de aplicação de agrotóxicos (ix) Diagnóstico sobre pesca esportiva e regulamentação em todo o território da Babitonga; (x) pesquisa sobre a

		(vi) normativas para pescaria com redes;		bioecologia do robalo (<i>Centropomus spp.</i>) para manejo da pesca;
3 - Buscar a padronização dos licenciamentos ambientais e promover a integração entre os órgãos licenciadores para que avaliem a sinergia das atividades potencialmente poluidoras na Baía	EB	(i) Relatório identificando atores envolvidos; (ii) Modelagem ecossistêmica de usos; (iii) Banco de dados; (iv) ações de ordenamento territorial participativo e integrado entre os municípios; (v) Análise de impactos sinérgicos e cumulativos;	(i) Criação de uma CT ou GT de licenciamento ambiental e portuário; (ii) Formalização de convites para participação da CT/GT, workshops e demais ações; (iii) Continuação das ações junto a pescadores e comunidades tradicionais para colher informações promover debates na CT/GT; (iv) Elaboração de banco de dados; (v) divulgação de dados;	(i) Governança e liderança; (ii) Recursos financeiros; (iii) recursos humanos; (iv) Mobilização multissetorial; (v) envolvimento dos membros do GPB;
4 - Acompanhar trabalhos de melhoria da navegação no Canal do Linguado	LB	(i) Canal seguro para a navegação;	(i) dragagem do canal; (ii) Ampliação dos molhes da Barra do Sul; (iii) Desenvolvimento de estudos de modelagem; (iv) Desenvolvimento de estudos sobre contaminação de sedimentos; (v) identificação/mapeamento dos pontos críticos;	(i) Cooperação público-privada; (ii) Conhecimento Técnico; (iii) engajamento do setor público; (iv) Recursos Financeiros;
5 - Auxiliar na mediação de conflitos da pesca;	EB	(i) retomar atividades do GT Pesca; (ii) Elaboração de um relatório; (iii) auxiliar na criação de legislação específica para o robalo; (iv) Regulamentação INI nº12/2012; (v) Fiscalização efetiva; (vi) Campanhas de Educação Ambiental; (vii) grupo de trabalho ou CT sobre pesca;	(i) identificar e mobilizar lideranças (pescadores, colônias de pescadores, poder público competente); (ii) considerar questões relativas à pesca sob perspectiva ecossistêmica (todas as UP); (iii) Buscar a integração de Araquari com o GPB e com a CT Fiscalização Ambiental; (iv) Desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental; (v) oficinas para ordenamento da pesca;	(i) Convidar profissional com <i>expertise em</i> gestão da pesca (ex. Fórum da Lagoa dos Patos); (ii) profissional para mediação de conflito; (iii) recursos humanos e financeiros; (iv) Articulação com o poder público; (v) Mobilização de pescadores; (vi) Equipe técnica de fiscalização;

6 - Contribuir com o controle da emissão de contaminantes no rio Parati	LA	(i) Plano de Monitoramento para o rio; (ii) Fiscalização efetiva; (iii) Tratamento de efluentes domésticos e industriais;	(i) Buscar a integração da Prefeitura de Araquari com o GPB e com a CT Fiscalização Ambiental; (ii) Mapeamento dos empreendimentos na região; (iii) apoiar a elaboração do Plano de Monitoramento;	(i) Articulação com o poder público; (ii) Campanhas de sensibilização e mobilização (educação ambiental); (iii) Recursos humanos; (iv) recursos financeiros;
7 – Contribuir com o ordenamento de atividades náuticas e ocupações nas margens do Canal do Linguado	LB	(i) Plano de ordenamento náutico;	(i) Articulação com entidades públicas, de classe, e comunidade local; (ii) estudo dos planos diretores de Balneário Barra do Sul, Araquari e São Francisco do Sul;	(i) Conhecimento Técnico; (ii) engajamento do setor público; (iii) Recursos Financeiros;
8 - Acompanhar as análises de balneabilidade;	M; CJ	(i) Relatório com possibilidades de cooperação para implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos; buscar relatórios do emissário CAJ;	(i) Mobilização, cobrança e apoio aos municípios para implantação de rede coletora e tratamento de esgoto sanitário;	(i) Recursos financeiros, materiais e humanos; (ii) mobilização social e articulação política;
9 - Apoiar ações para a melhoria da qualidade da água nos rios da região	EB	(i) Interlocução com CHBB, CAJ e outras concessionárias, SAMA, IMA e universidades;	(i) Acompanhar coleta e análises de dados realizados pelo CHBB; (ii) Participar das reuniões do CHBB;	(i) Equipe técnica com disponibilidade de tempo; (ii) Recursos financeiros
10 - Fortalecimento da interlocução junto à Capitania dos Portos	EB	(i) Reunião com o oficial responsável;	(i) Apresentação de dados relativos a conflitos de pesca e navegação;	(i) Pessoas capacitadas para a apresentação dos resultados;
11 - Avaliar os dados sobre os parâmetros de qualidade ambiental relacionada aos emissários submarinos na UP Marinha, no emissário CAJ e Rio Parati	M; CJ; LA	(i) relatório técnico sobre a revisão dos parâmetros;	(i) realização de estudos para verificar se há dano ambiental; (ii) compilar e analisar dados disponíveis;	(i) Recursos financeiros; (ii) recursos humanos;

3.3 – Comunicação

Tabela 3: Objetivos Relacionados à Comunicação.

1 - Atender às demandas das Câmaras Técnicas em relação à comunicação de suas atividades	(i) Conteúdos específicos (áudio-scripto-visuais) construídos sob orientação e com apoio das CTs;	(i) Articular, junto às CTs, a definição de demandas e elaborar conteúdos;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional de comunicação; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 3ª edição do PGE;
2 - Sensibilização da sociedade com informações sobre o ecossistema	(i) Relise para apresentar as Unidades de Planejamento, suas problemáticas e características socioecológicas; (ii) Cartilha sobre as Unidades de Planejamento; (iii) Lista de artigos científicos sobre a Babitonga disponibilizado no site; (iv) Conteúdos específicos (áudio-scripto-visuais) construídos sob orientação e com apoio das CTs;	(i) Utilizar informações sobre símbolos naturais e culturais do EB; (iii) Elaborar e atualizar lista dos artigos para publicação;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional de comunicação; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 3ª edição do PGE;
3 - Manter a atuação do GPB nas mídias convencionais e digitais	(i) Diretrizes estratégicas de compartilhamento de informações; (ii) Aumento da permeabilidade das pautas do GPB em veículos de comunicação regionais/locais; (iii) manter contas do Instagram e Youtube; (v) Material audiovisual com relatos dos membros do GPB sobre suas experiências;	(i) Construir mecanismos internos para compartilhar informações atendendo à lógica do funcionamento das redes sociais; (ii) Articular a comunicação do GPB com outras instituições em seus canais oficiais de comunicação (integração entre assessorias de comunicação); (iii) Propor pautas às diferentes mídias (ver banco de contatos) para divulgação de temas estratégicos;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional de comunicação; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 3ª edição do PGE;
4 - Criar um espaço no GPB específico para trabalhar questões de comunicação e Educação Ambiental	(i) Câmara Técnica de Educomunicação Socioambiental;	(i) Estabelecer Câmara Técnica com base nas disposições do Regimento Interno do GPB e arcabouço teórico disponível;	(i) Compromisso dos membros do GPB para a implementação da CT.

5 - Promover sentimento de pertencimento da sociedade ao Ecosistema Babitonga	(i) Relise para apresentar as Unidades de Planejamento, suas problemáticas e características socioecológicas; (ii) Cartilha sobre as Unidades de Planejamento; (iii) Criar e manter uma conta no Instagram e no Youtube; (iv) Material audiovisual com relatos dos membros do GPB sobre suas experiências;	(i) Produção de materiais audiovisuais com a participação dos membros do GPB relatando suas experiências/vivências no GPB e no EB;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional de comunicação; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 3ª edição do PGE;
---	--	--	---

4. Anexos

4.1 - Anexo 1 – Bibliografia

Grupo Pró-Babitonga, 2019. **Plano de Gestão Ecosistêmica. 2ª Edição.** Disponível em: <https://www.grupoprobabitonga.com/plano-de-gestao-ecossistemica>

Gerhardinger, L.C.; Gorris, P.; Gonçalves, L. R.; Herbst, D.F.; Vila-Nova, D.; de Carvalho, F.G.; Glaser, M.; Zondervan, R.; Glavovic, B.C. 2018. **Healing Brazil's Blue Amazon: The role of knowledge Networks in nurturing cross-scale transformations at the frontlines of ocean Sustainability.** *Frontier in Marine Science.* Doi: 10.3389/fmars.2017.00395.

Gerhardinger, L.C.; Herbst, D.F.; de Carvalho, F.G.; Freitas, R.R.; Vila-Nova, D.; Cunha, S.; Cremer, M.J.; Pfuetzenreuter, A.; Haak, L. 2021. **Diagnóstico Socioambiental do Ecosistema Babitonga.** *Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha*, 10: e2021002

Gerhardinger, L.C.; Zank, S.; de Carvalho, F.G.; Herbst, D.F.; Cunha, S.; Cremer, M.J. 2018. **Governabilidade estrutural do Ecosistema Babitonga.** *Revista CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha*, 7: eb2018001

Herbst, D.F.; Gerhardinger, L.C.; Vila-Nova, D.; de Carvalho, F.G.; Hanazaki, N. 2020. **Integrated and deliberative multidimensional assessment of a subtropical coastal-marine ecosystem (Babitonga bay, Brazil).** *Ocean and Coastal Management* 196 (2020) 105279



4.2 - Anexo 2 – Lista de Presença

EVENTO: Avaliação Plano de Gestão Consistêmica (GPB)
 LOCAL: EPAGRI Jaraguá
 DATA: 20/10/23

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	CPF	E-MAIL	TELEFONE
1. Iolanda Haak	UNIVILLE		probabitonga@gmail.com	47 933615193
2. Thelmar Loureiro	SESA-Garuva	079.842279-22	thelmar@guarua.com.br	47 3338 3334
3. João Gustavo Almeida	CPREC	035.128.871-30	joaogustavo@cprec.com.br	47 3338 3334
4. Helmut Sommer	Itajaí Norte	027188449-40	helmut.sommer@itajainorte.com.br	47 3338 3334
5. Gustavo Wagner	SIPAITE-SFS	035.870.407-78	gustavowagner@cipaite.com.br	47 3338 3334
6. Carlos Lacerda	UNIVILLE	035.425.579-07	carloslacerda@univille.com.br	47 3338 3334
7. Andréia Maciel	IRI- Araruama	62945.209-59	andreamaciel@iri.com.br	47 3338 3334
8. Adilson de Almeida Faria	SENAI-SFS	028.015.159-05	adilson@semai.com.br	47 3338 3334
9. Julio Cesar C. de Mello	PAISA	025.495.717-01	julio@paiza.com.br	47 3338 3334
10. Carlos de Menezes Damasceno	PAISA	035.185.899-74	carlos@paiza.com.br	47 3338 3334
11. Carlos F. Faria	SENAI-SFS	028.402.167-97	carlos.faria@semai.com.br	47 3338 3334
12. Luis Gustavo Gonzalez	SIPAITE-SFS	035.870.407-78	luis.gonzalez@cipaite.com.br	47 3338 3334
13. João Paulo Lourenço	AMFEB	32.165.270-40	joaopaulo@amfeb.com.br	47 3338 3334
14. Renato W. Schwaninger	SIPAITE-SFS	035.870.407-78	renato@cipaite.com.br	47 3338 3334
15. Wagner F. Costa	Associação	041.291.449-28	wagner@assoc.com.br	47 3338 3334
16. MATHEUS ANDRADE HOLANDA	SENAI-SFS	028.630.423-37	matheus@semai.com.br	47 3338 3334
17. Hugo Ramos	SIPAITE-SFS	035.870.407-78	hugo@cipaite.com.br	47 3338 3334
18. JOSÉ CHAVES	ACISF	24282.873-24	josé@acisf.com.br	47 3338 3334
19. CARLOS JOSÉ TEÓFILO	EPAGRI	37350405-64	carlos@epagri.com.br	47 3338 3334
20. CARLOS R. TUBIÃO	UNIVILLE	539656319-07	carlos@univille.com.br	47 3338 3334
21. SANDRO A. RHOEN	SIPAITE-SFS	035.870.407-78	sandro@cipaite.com.br	47 3338 3334
22. Alencar Vilalobos E	ADCA	308.293.361-97	alencar@adca.com.br	47 3338 3334
23. WENDEL SERRAVALLE	ADCA	048.366.319-40	wendel@adca.com.br	47 3338 3334
24. W. Cassiano Lourenço	Associação	826.939.163-68	wcassiano@assoc.com.br	47 3338 3334
25. Adalberto M. Braga	UNIVILLE	461.593.379-77	adalberto@univille.com.br	47 3338 3334
Luiz Carlos F. Mendes	SENAI	041.968.059-07	luiz@semai.com.br	47 3338 3334

EVENTO: Avaliação Plano de Gestão Consistêmica (GPB)
 LOCAL: EPAGRI Jaraguá
 DATA: 20/10/23

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	CPF	E-MAIL	TELEFONE
1. FREDERICO SOARES DE CARVALHO	ADCA		Fred@adca.com.br	
2. WAGNER SERRAVALLE	ADCA	24282.873-24	wagner@adca.com.br	
3. Margareth Elm de Sousa	ACISF	624193459-15	margareth@acisf.com.br	99132678
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				